

País concretiza novos acordos bilaterais com Alemanha e Itália

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Dois novos acordos bilaterais, envolvendo dívidas contraídas com agências de financiamento ligadas a governos, foram firmados pelo Brasil nas duas últimas semanas. Com a República Federativa da Alemanha (RFA) os créditos reescalados correspondem ao valor total de US\$ 579,732 milhões e com a Itália a negociação envolveu US\$ 326,236 milhões, relativos à dívida vencida entre 1º de janeiro de 1985 e 30 de junho próximo, conforme as linhas do acordo geral firmado no âmbito do Clube de Paris, em janeiro deste ano.

Estes dois novos acertos trazem para apenas seis o número dos acordos bilaterais firmados pelo Brasil com governos credores — já haviam sido assinados antes os termos de entendimento com a França, o Canadá, a Noruega e a Suécia — em um processo que se revela extremamente mo-

Quando o acordo geral foi assinado, em Paris, ficou entendido que todos os acordos bilaterais, com os quinze países credores, estariam referendados até o final deste mês: "O ritmo está lento, mas não é por nossa culpa; alguns países nem sequer apresentaram propostas", observou ontem para este jornal o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, embaixador Rubens Barbosa.

Também não houve, da parte das agências de crédito governamentais, qualquer sinal de boa-vontade no sentido da autorização de novas linhas de financiamento ao Brasil. "A quase totalidade das agências está fechada, pois o que entrou até agora (referia-se a um crédito no valor de US\$ 57 milhões concedido no início do ano pelo Fundo Nórdico, uma agência dos países escandinavos e mais um outro crédito de apenas US\$ 20 milhões) é insignificante", atestou ainda o embaixador Rubens Barbosa,

adiantando que a posição reticente da parte dos governos credores não mudou, mesmo depois de ter sido implementado, pelo Brasil, o programa de estabilização que procura debelar a inflação com o congelamento de preços e salários.

No Banco Central, trabalha-se agora com um novo cronograma que prorroga para até o final do mês de julho a agenda de negociações com vistas à conclusão dos acordos bilaterais pendentes. Mas isto, conforme lembrou bem o secretário especial para Assuntos Internacionais da Fazenda, é um exercício que não depende apenas do Brasil.

O embaixador Rubens Barbosa e o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, estiveram em Paris, há duas semanas, com o objetivo de discutir alternativas ao encaminhamento do acordo geral estabelecido em janeiro. Pelos termos do acordo, o reescalo-

namento das amortizações que correspondem ao primeiro semestre deste ano — cerca de US\$ 500 milhões — estaria automaticamente assegurado, caso o Fundo Monetário Internacional (FMI) se pronunciasse favoravelmente à política econômica brasileira até o dia 15 de julho. A data se aproxima e o governo brasileiro ainda não apresentou à Nação o programa de consistência macroeconômica — este deverá ser anunciado só na semana que vem — e, portanto, procurou-se justamente uma flexibilidade com o Clube de Paris em torno daquele prazo. Rubens Barbosa limita-se a dizer apenas que "a conversa foi muito boa e civilizada".

As bases do acordo com o Clube de Paris são as seguintes: o principal mais os juros vencidos em 1985 e em 1986 (no total de US\$ 3,274 bilhões) podem ser pagos em seis anos, com três de carência, e os US\$ 500 milhões das amortizações de janeiro a junho deste ano estão sendo depositadas no Banco Central, pendentes de acerto posterior, enquanto o FMI não dá o parecer sobre a economia brasileira. Os juros deste ano estão sendo pagos normalmente. Os juros de mora, referentes a 1985 e a 1986, no valor de US\$ 348 milhões, serão pagos em três parcelas, a primeira prevista para junho do ano que vem.

Os débitos negociados com a República Federativa da Alemanha, em 12 de junho, seguem os termos gerais do acordo, que só inclui contratos firmados até 31 de março de 1983, e correspondem a duas parcelas: uma de US\$ 49,769 milhões assumida junto ao banco estatal alemão KfW — Kreditanstalt Für Wiederaufbau — e outra de US\$ 529,963 milhões relativos a créditos da seguradora estatal alemã Hermes. No caso do acerto bilateral com a Itália, assinado no último dia 19, o valor negociado de US\$ 326,236 milhões diz respeito a seguros de crédito de exportação concedidos pela agência estatal Sace — Sezione Speciale per L'Assicurazione del Credito all'Esportazione.